

Autonomia e democracia
em destaque na agenda
de luta das IFE de
novembro e dezembro

A retomada do processo de estatuinte em muitas instituições federais de ensino (IFE), com base na proposta de Lei Orgânica da Andifes (de 2002), é um dos elementos que coloca na pauta da agenda de lutas do Setor das Ifes do ANDES-SN a discussão sobre autonomia e democracia nas instituições.

Confira na página 04.

Um a mais é muito mais.

Nossa luta é conjunta e você faz parte dela.



Leia também nesta edição

ARTIGO

**Currículo Lattes : Uma ideologia em questão.
PARTE II**

Pág. 03.

**Docentes têm direito a remuneração retroativa
ao fim do interstício para evolução na carreira**

Pág. 06.

**Em busca de ampliar adesão, Funpresp assedia
professores**

Pág. 07.

Editorial

Professores universitários de diferentes estados deflagram e retomam greves no embate com processos de contingenciamento do financiamento público para a educação pública, expresso seja no congelamento de salários, seja na redução de verbas de custeio. Em resposta à campanha dos servidores públicos contra os fundos de previdência complementar, que tem resultado na baixa adesão ao Funpresp, sobretudo entre docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE), o governo implementa uma nova ofensiva, utilizando-se de práticas de assédio junto aos professores que ingressam nas IFE, como, por exemplo, ligações para seus telefones particulares. Enquanto isso, autoproclamados dirigentes sindicais disputam vagas no conselho do Funpresp como “gestores do capital”. O ANDES-SN, ao contrário, reafirma a luta pela reversão da reforma da previdência e em defesa dos direitos de aposentadoria, expressa não só em nossas ações em relação ao Funpresp, como também na defesa da PEC 555/2006 e do PL 4.434/2008.

No mês do dia do professor e do dia do servidor público, comemoramos nas ruas com atos organizados em vários estados, que marcam a defesa da educação pública e a reorganização de estudantes, dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, cujo marco mais recente foi a mobilização do Encontro Nacional de Educação.

Reorganização com o tom das palavras de ordem em defesa dos direitos dos trabalhadores que tomaram as ruas desde junho do ano passado e do ensino público de qualidade, com a aplicação imediata de 10% do PIB para a Educação Pública. Pouco mais de um ano de lutas a partir das jornadas de junho, as mobilizações que questionam a sociabilidade baseada na financeirização e na especulação têm nas lutas pela moradia um de seus eixos centrais, sobretudo nas capitais sede dos grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Nossas lutas não cabem nas urnas!

INFORMANDES nº 39

Charge

Parabéns Professor



AVISO

De acordo com a decisão da Assembleia Geral realizada no dia 26/07/1989, ficou deliberado que a mensalidade da APROFURG incide também sobre o 13º salário. Portanto, no mês de novembro será descontado a parcela referente ao 13º juntamente com a parcela mensal.

Aniversários de outubro e novembro

OUTUBRO

02 - ODILON GOMES
02 - ARACY ERNST PEREIRA
03 - RUDA KALIKOSKI DE CARVALHO
03 - CARLA AMORIM N. GONCALVES
04 - ANTONIO LIBORIO PHILOMENA
05 - MARIA DE LOURDES G LUCAS
05 - SERGIO TADEU JUGUEIRO
07 - JOANALIRA CORPES MAGALHAES
07 - AMILTON CRUZ DE AVILA
08 - SUELI CECILIA RAUBER FELDENS
09 - ODACIR PEREIRA GARCIA
10 - ARMINDO DE PINHO MACADA
11 - ALCINO ALCANTARA FILHO
12 - ELAINE CORREA PEREIRA
13 - MARCOS ANTONIO S DE AMARANTE
13 - MARLI BERGESCH
13 - EDNEI GILBERTO PRIMEL
13 - FATIMA LUVIELMO ENCARNACAO
15 - JACQUELINE SALLETE DEI SVALDI
15 - TANIA MARIA DE FREITAS LOPES
16 - SERGIO DIAS MASSARO

16 - AIMEE TERESA G BOLANOS
17 - TERESA DE JESUS PAZ M LENZI
17 - VALERIA LERCH LUNARDI
17 - MARIA J ISRAEL SEMINO DE LOPES
17 - SANDRA CRIPPA BRANDAO
18 - ELZA EDITH RUBARTH HUCH
19 - LEANDRO SEBEN BELLICANTA
20 - JOSE ANTONIO S FONTOURA
20 - ANA MARIA BARRAL DE MARTINEZ
21 - CARLOS A BAUMGARTEN
21 - MARIA E G DA SILVA ITUSARRY
22 - ISABEL C DE OLIVEIRA NETTO
22 - DEROCINA ALVES CAMPOS SOSA
22 - TALITA MARIA DUARTE DREWS
24 - HAROLDO ERWIN ASMUS
24 - HUMBERTO CAMARGO PICCOLI
24 - RENATO A CHDIAY DRESCH
25 - MARIA ISABEL C DA SILVA MACHADO
25 - LUIZ ANTONIO D SPOTORNO
26 - FAUSTO WITTEE NEETZO
26 - ANA DO CARMO G GONCALVES
27 - IORK PIRES FERREIRA

28 - MELISSA ORZECOWSKI XAVIER
28 - GEANI FARIAS M FERNANDES
29 - VALMOR OLAVO MENDONCA
30 - LUIZ CARLOS KRUG
30 - MARIA N GIOIA BORCA DE COCH
30 - VINICIUS MENEZES DE OLIVEIRA
31 - MONICA WALLNER KERSANACH

NOVEMBRO

01 - RAIMUNDO M DE QUEIROZ
01 - JOAO ALFREDO CAZAUBON NETO
01 - SONIA MAGALHAES DOS SANTOS
02 - ALVARO RIBEIRO
02 - ORLANDO MACEDO FERNANDES
02 - VERA REGINA M SIGNORINI
02 - MARIA DE FATIMA P GAUTERIO
03 - NELSON MONTEIRO RANGEL
04 - SUSANA JULIANO KALIL
04 - ELEINE SOUTO PEREZ
04 - ABEL CARLOS AVANCINI
05 - LEDA MARIA BOEIRA CAMPELO

05 - ANA CRISTINA COLL DELGADO
07 - DECIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
07 - CARMEN BARBOSA DORVIL
08 - JUCELI M HENDGES SPARVOLI
09 - ELIEZER DE CARVALHO RIOS
09 - WILSON FRANCISCO BRITTO WASSIELESKY JUNIOR
10 - FABIANE A DOS ANJOS GATTI
11 - ALEXANDRO MARQUES TOZETTI
11 - CARLOS S DOS SANTOS SCOTT HOOD
12 - GUILHERME LERCH LUNARDI
12 - ALEXANDRA M S DE FREITAS
13 - BLASCO I DA CUNHA TORRES
13 - VERA MARIA H MEDEIROS
13 - BILLY GRAEFF BASTOS
13 - LUIZ CARLOS SCHMITZ
14 - CAROLUS MARIA VOOREN
15 - LUIZ HENRIQUE TORRES
17 - ANDRE T DA CUNHA GUIMARAES
17 - ELI SINNOTT SILVA
18 - ROSILENE MARIA CLEMENTIN
18 - FRANCISCO Q VERAS NETO

18 - MARCO AURELIO DE M FONSECA
19 - ROSANGELA BRAGA KNACK
19 - CELIANE COSTA MACHADO
19 - CARLOS ALBERTO M CASANOVA
20 - MARIA LUIZA CESTARI
22 - HUMBERTO CALLONI
23 - ALICE TERESINHA PACHECO
24 - CLAUDIO MOSS DA SILVA
25 - IARA SWOBODA
25 - ELIANA DA SILVA TAVARES
26 - MAURICIO DE MELLO GARIM
26 - HORACIO A DE MIRANDA BRUM
26 - UBIRATA SOARES JACOBI
26 - MARIA FANI SCHEIBE
27 - LAURO A S PASTOUS MADUREIRA
27 - BEATRIZ VALLADAO THIESEN
28 - ALTAIR DA SILVA SOUZA
29 - GERALDINO FERREIRA COSTA
30 - HUGO CATAUD P PEREIRA
30 - IVO GOMES DE MATTOS
30 - NEWTON AUGUSTO DOS SANTOS

DIRETORIA BIÊNIO 2014/2016

Presidente: Elmo Swoboda
Vice-presidente: Tiarajú Alves de Freitas
Secretária Geral: Carla Teresinha do Amaral Rodrigues
1º Secretário: Rodnei Valentin Pereira Novo
Tesoureiro Geral: Humberto Calloni
1º Tesoureiro: José Carlos Vieira Ruivo
1º Suplente: Décio Rodrigues de Oliveira
2º Suplente: Oswaldo José de Paula Barbosa
3º Suplente: Marlene Teda Pelzer
4º suplente: Jovino Mansan

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Jornalista Juliana Rodrigues – MTB/RS 15.625
(imprensaaprofurg@gmail.com)

Revisão de Texto: Eliza Braga

Redação: Av. Itália s/nº, sede da APROFURG
Campus Carreiros FURG
Contato: (53) 3230 1939

Impressão: Pluscom Editora – www.editora.pluspropaganda.com

Tiragem: 1000 exemplares

Distribuição gratuita

Impresso em papel imune conforme inciso VI

Artigos assinados são de responsabilidade dos autores

Artigo

Currículo Lattes: Uma ideologia em questão. PARTE II

Luís Fernando Minasi
Prof. Instituto de Educação

É provável que a estrutura da mente humana seja muito mais conservadora do que costumamos reconhecer. Renovar-se, reformular suas ideias, modificar seus valores, é operação dolorosa e arriscada. Quem parece realizá-la com alegre desenvoltura é o espírito frívolo, superficial e sem raízes, que está sempre disposto a acolher as novidades porque na realidade não as assimila – já que não assimila profundamente coisa alguma – Quando a vida obriga o ser humano a mudar os critérios e valores a que ela já tinha acostumado e nos quais fundara a sua segurança, é natural que ele se angustie. Os próprios neuróticos, embora sofram, se agarram às neuroses, porque tem medo de cair em um sofrimento ainda maior.

Nossa sociedade, cujo modelo de produção capitalista da existência das pessoas está fragmentada, dividida em grupos, em classes, em nações, em blocos de Estados, tornam muitíssimo mais difícil uma tarefa que por si mesma já é extremamente espinhosa: a de conhecer as camadas mais profundas da realidade em que vivemos, penetrando gradualmente na essência mais significativa dos fenômenos, sentindo as coisas de um ângulo verdadeiramente uni-

versal, quer dizer, comum à humanidade como um todo, em sua totalidade.

A humanidade está dilacerada, os indivíduos não sabem como agir para se tornarem uma “encarnação” dela. Não sabem o que há demais universal neles. E isso contribui para que eles desistam da universalidade e se resignem a ser facciosos, unilaterais, como o que aconteceu em “Maio de 68” na França.

Temos sofrido todos a brutal pressão decorrente desse quadro, dessas condições. No entanto, volta e meia, no esforço para mudar o mundo, sentimos necessidade de nos unir a outros seres humanos em torno de princípios, que por “definição”, precisam ser universais. Isso nos remete a um questionamento para refletirmos: como superar o estreitamento dos nossos horizontes, provocados pelo mercado hipercompetitivo, que nos joga constantemente uns contra os outros?

Os mecanismos do mercado forçam as pessoas a buscar lucros cada vez maiores, a disputar um lugar de trabalho melhor remunerado, ameaçam-nas com o desemprego e a miséria, intimidam-nas com a falência; além disso, disseminam a insegurança e produzem a cristalização não só dos interesses materiais como dos modos de sentir e de pensar. Fortalece-se, nas

criaturas, e exigências de forjar “álibis”.

Marx e Freud descobriram aspectos decisivos da ação das forças que atuam subterraneamente em nós e mostraram que, sob uma capa de “racionalidade”, elas impõem limites aos movimentos da nossa consciência. Mostraram como esquemas explicativos são elaborados em nossas “cabeças” com a finalidade de nos proporcionar “boa consciência” – (sabe, o “bom senso”, como nos diria Gramsci sobre o núcleo do senso comum) – com o objetivo de amenizar nossas dúvidas, atenuar nossas inquietações e evitar a vertigem das nossas inseguranças.

Forjamos para nós mesmos imagens que nos ajudem a viver; e nos apegamos a elas. O autoritário se apresenta como “enérgico” e “corajoso”; o oportunista como “prudente” ou “realista”; o covarde como “sensato”; o irresponsável como “livre”. Não existe nenhuma tomada de posição no plano político ou filosófico que, por si mesma, imunize a consciência contra a ação desses mecanismos.

Somos todos divididos, contraditórios, ou vivendo sempre processos de contradição. Por isso mesmo, precisamos promover discussões, debates, examinar e reexaminar o “uso social” das nossas concepções, examinar e reexaminar

a “função interna” das nossas racionalizações. Quer dizer: precisamos realizar permanentemente um vigoroso esforço crítico e autocrítico.

A autocrítica é de uma importância decisiva. É por ela que passa o teste da superação do conservadorismo dentro de nós. Um conservador – é claro – pode fazer autocrítica; mas, se a autocrítica for feita mesmo para valer, com práticas revolucionárias, ele seguramente não estará sendo conservador no momento em que a fizer.

A verdadeira autocrítica exige uma espécie de complementação negativa para o Curriculum Lattes, se os assumirmos como era chamado de Curriculum Vitae: depois de apregoar seus êxitos e seus méritos, a pessoa enfrenta o desafio de reconhecer suas frustrações, suas deficiências, seus fracassos, suas fraquezas. Talvez possamos chamar essa reconstituição dolorosa e necessária de “Curriculum Mortis”.

Os indivíduos mais gravemente contaminados pela ideologia “triumfalista” que se manifesta no Curriculum Lattes carecem de sensibilidade, de madura lucidez e de coragem intelectual para a elaboração desse curriculum inverso do Lattes, o “Curriculum Mortis”.

Autonomia e democracia em destaque na agenda de luta das IFE de novembro e dezembro

A retomada do processo de estatuinte em muitas instituições federais de ensino (IFE), com base na proposta de Lei Orgânica da Andifes (de 2002), é um dos elementos que coloca na pauta da agenda de lutas do Setor das Ifes do ANDES-SN a discussão sobre autonomia e democracia nas instituições.

A agenda foi deliberada no 59º Conad do Sindicato Nacional em agosto e ratificada na reunião do Setor das Federais. Segundo Giovanni Frizzo, 1º vice-presidente da regional Rio Grande do Sul e um dos coordenadores do Setor das Ifes, além da autonomia institucional e acadêmica, a proposta de Lei Orgânica da Andifes prevê também a autonomia financeira das instituições no sentido de que estas possam captar recursos privados, através, por exemplo, de cobranças de matrículas e mensalidades, principalmente em cursos de especialização e pós-graduação. “Ou seja, estabelece outras fontes de recursos para as IFE para além do financiamento público, que é o prioritário, e que, dentro do projeto defendido pelo ANDES-SN,

deve ser a única fonte de sustentação financeira das instituições públicas de ensino”, explica Frizzo.

O diretor do ANDES-SN ressalta que, aliada a essa questão está um modelo de instituição federal de ensino voltado ao mercado, que vem pautando os processos de estatuinte sob a ótica produtivista de desenvolvimento na carreira, com uma lógica de formação para inserção no mercado, o que tem impacto no modelo de formação dos estudantes e reflexo no projeto pedagógico das instituições. “Essa formação dos estudantes, dentro de uma instituição completamente atrelada ao mercado, não corresponde com a nossa defesa histórica de projeto de universidade com autonomia”, reforça.

Segundo Frizzo, um dos problemas em se regulamentar a autonomia universitária – a qual o ANDES-SN entende que é autorregulamentada – é que se cria uma especificação geral, que não representa as particularidades de cada IFE. “Por exemplo, quando se constrói um projeto pedagógico de uma instituição, tem que

atender a demandas localizadas, tanto no que diz respeito às regionalidades do local onde a IFE está situada quanto em relação ao conjunto de necessidades dessa instituição. Então, quando se tem uma resolução que padroniza nacionalmente, ela não vai responder a esses critérios mais localizados, tanto que diz respeito à produção do conhecimento, à formação os projetos de extensão necessários”, observa. De acordo com o diretor do ANDES-SN, dessa forma a IFE se insere cada vez mais num padrão, que opera dentro da lógica de atender interesses privados do mercado, em detrimento dos interesses públicos e das necessidades das próprias comunidades onde estão localizadas.

Outro fator que agenda de lutas do Setor das Ifes para estes dois meses destaca é a forma antidemocrática como o processo de estatuinte vem sendo construído em várias IFE, a modelo de tantas outras relações institucionais.

Conforme Frizzo, o ANDES-SN tem recebido denúncias de que, em vários locais, os reitores estão formando comissões es-

colhidas pela própria gestão da IFE para formular os estatutos e regimentos, sob a ótica mercantilista imposta pelo governo, e depois remeter aos conselhos superiores apenas para aprovação, sem garantir o mínimo espaço de debate junto à comunidade acadêmica.

“Esse processo se dá também dentro dos conselhos superiores e não apenas para definir os estatutos e regimentos, mas também os projetos pedagógico e institucional. Então, é meia dúzia de pessoas que vai escolher outra meia dúzia para decidir o futuro daquela instituição sem discussão, anterior, com a comunidade acadêmica”, conclui o 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul.

Durante os meses de novembro e dezembro, o ANDES-SN irá produzir materiais de divulgação com o intuito de estimular o debate sobre essa temática nas IFE, através das Seções Sindicais e secretarias regionais. O tema está também na pauta de vários encontros das regionais que acontecem nestes dois meses.

Comissão aprova regulamentação que limita direito de greve no Serviço Público

Texto ainda deve passar pelos plenários da Câmara e do Senado

Foi aprovado na terça-feira (11) pela comissão mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a regulamentação do direito de greve do servidor público. As discussões para a regulamentação da greve dos servidores partiram de projeto apresentado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), em 2011 (PLS 710).

O parecer aprovado determina em 60% o percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais durante as paralisações. Entre esses serviços estão às emergências de hospitais, abastecimento de água e energia, coleta de lixo, defesa civil e controle de tráfego aéreo, os relacionados à educação infantil e ao ensino fundamental, a segurança pública entre outros. Já os serviços não essenciais terão 40% do funcionamento preservado.

O texto do relator prevê ainda intervalo mínimo entre o comunicado de greve e a sua deflagração de 15 para dez dias. Jucá também incluiu no texto a proibição da greve nos 60 dias que antecedem as elei-

ções e o parágrafo para suspender o porte de arma dos servidores públicos que aderirem à greve nos serviços e atividades essenciais, durante os atos e manifestações. Com a aprovação, o texto se torna um projeto, que ainda terá de passar pelos plenários da Câmara e do Senado.

Para Amauri Fragoso, tesoureiro do ANDES-SN e encarregado de Relações Sindicais, a proposta apresentada pelo senador Aloysio Nunes contém um discurso atraente para colocar a sociedade contra o direito de greve no serviço público e criminalizar o direito constitucional de manifestação. “Na verdade, a regulamentação visa cercear o direito de greve dos servidores, o que expressa à lógica de que, quando os trabalhadores se mobilizam em luta na defesa de seus direitos, patrona-

to e governo ficam buscando meios para conter as lutas e, em muitos casos, impedi-las. Como se vive hoje uma fase de perdas de direitos dos trabalhadores

“esta movimentação sobre a questão, agora após a eleição, dá indicações do recrudescimento das políticas de retirada de direitos para o próximo ano, para isso, se faz necessário restringir os instrumentos de luta dos trabalhadores”.

volvam à tona ideias de cerceamento ao direito de greve e de criminalização dos movimentos sociais”, avalia.

Conforme Fragoso é importante salientar que “esta movimentação sobre a questão, agora após a eleição, dá indicações do recrudescimento das políticas de retirada de direitos para o próximo ano, para isso, se faz necessário restringir os instrumentos de luta dos trabalhadores”.

O diretor do Sindicato Nacional explica que, como todo direito conquistado por uma sociedade, o direito de greve no Brasil nem sempre foi concedido ao servidor público. Na história das constituições brasileiras, ora se proibiu a

greve, como ocorreu na Carta de 1937, ora se permitiu seu gozo apenas ao trabalhador da iniciativa privada. Foi somente com o advento da Constituição de 1988, que se deu o direito de greve do servidor público civil.

“Visto que o direito de greve é um direito fundamental, e que a Constituição preconiza o direito à igualdade, o direito de greve não permite distinção entre o trabalhador do setor privado e o do setor público. Desta forma, qualquer tentativa de regulamentação da greve do funcionalismo público deve ser feita à luz da Convenção 151 da OIT [Organização Internacional do Trabalho, da ONU], que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas - municipal estadual e federal - promulgada pelo Congresso Nacional”, ressaltou o tesoureiro do ANDES-SN.

*Com informações da Agência Senado

Fonte: ANDES-SN

Docentes têm direito a remuneração retroativa ao fim do interstício para evolução na carreira

Todos os professores têm direito a receber a remuneração referente à promoção e progressão na carreira, a partir do momento em que termina o prazo de interstício legal. Esse é o entendimento expresso no parecer emitido pela Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, que esclarece não haver base jurídica para a orientação da Advocacia Geral da União.

Contrariando os termos de diversas legislações vigentes, o parecer nº 09/2014/DEPCONSU/AGU, encaminhado às Instituições Federais de Ensino, condiciona “a progressão/promoção funcional à aprovação em avaliação de desempenho, ainda que efetuada em momento posterior, aduzindo, ainda, não haver se falar em efeitos financeiros anteriores à efetiva constituição das progressões/avaliações”.

Com isso, houve o entendimento por parte da administração de algumas instituições que os docentes só teriam direito à remuneração referente à nova posição na

carreira ao fim do processo para a progressão, o que em algumas IFE pode levar meses. Há ainda relatos de docentes que foram coagidos a assinar uma “cartinha” onde afirma que não recorrerá ao pedido de ressarcimento dos exercícios anteriores, o que também não tem valor legal segundo análise da AJN do ANDES-SN.

Segundo presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, como a orientação da AGU não tem amparo legal, as universidades e institutos não podem impor essa norma aos docentes e tão pouco obrigar os professores a assinar qualquer papel abrindo mão de seus direitos.

“Os professores têm direito a receber a partir do momento que completou o interstício de 24 meses. Não importa se houve atraso da instituição ou até mesmo do próprio docente, que por algum motivo demorou a dar entrada do seu pedido, porque a progressão e a promoção valem a partir da data em que ele tem as condições para requerê-las. Vamos supor que um



professor completou o interstício de dois anos no dia 1 de agosto, e o processo da sua progressão sai só em 11 de novembro. Ele tem direito a receber, retroativo, desde 1 de agosto”, explica Rizzo.

O presidente do ANDES-SN comenta que o Sindicato Nacional tem recebido vários relatos, via email direto ou através das suas Seções Sindicais, de que várias IFE vêm adotando a orientação da Advocacia Geral da União.

“As Seções Sindicais precisam exigir das instituições que não acaitem esse parecer da AGU, porque ele não tem amparo legal. Caso o professor já tenha assinado algum documento, isso também não tem validade jurídica. O primeiro caminho é junto às instituições, exigir cumpram o que a lei prevê. Caso isso não seja suficiente, o próximo caminho é a via legal”, orienta.

Fonte: ANDES-SN

PALESTRA:

As armadilhas do Funpresp e a previdência dos novos servidores públicos federais

PALESTRANTE:

Luis Allan Kunzle

DIA: 08/12/2014 - HORÁRIO: 14h - LOCAL: APROFURG

Em busca de ampliar adesão, Funpresp assedia professores

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, que administra o Funpresp-Exe - fundo de previdência complementar privado criado pelo governo para os servidores públicos federais, mudou suas táticas para tentar reverter a pequena adesão entre docentes de Instituições Federais de Ensino (IFE). Depois de enviar cartilhas às casas dos docentes, o Funpresp agora começa a bombardear os professores com ligações, emails e visitas aos departamentos das IFE.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Seção Sindical dos Docentes da UFSM (Sedufsm – Seção Sindical do ANDES-SN) tem recebido reclamações de que funcionários do Funpresp tem ligado para a casa dos professores com o objetivo de agendar reuniões nas quais se discutiria a adesão ao Fundo. “Eles têm todos os dados pessoais e de remuneração desses docentes, o que chama muito a atenção. Alguns professores chegaram a achar que poderia ser um golpe, mas quando foram perguntar à Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRRH), foram informados de que é o Funpresp mesmo que está fazendo essas ligações”, conta Adriano Figueiró, presidente da Sedufsm.

Segundo Figueiró, a Sedufsm irá cobrar a PRRH por conta da divulgação as informações pessoais dos professores para o fundo privado. “A Sedufsm vai marcar uma reunião com a Pró-Reitoria para exigir esclarecimentos sobre isso, e pedir que se resguarde os dados dos docentes. Essa não é a forma adequada de se fazer isso, existem

meios de comunicação oficiais da universidade”, ressalta o professor.

Já na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Funpresp está enviando e-mails aos docentes, quase que diariamente, buscando a adesão deles ao fundo. “Eles convidam os professores para cafés da manhã na reitoria, e em todos os atos de posse há agora uma reunião com os gerenciadores do Funpresp”, conta Jailton Costa, presidente da Associação dos Docentes da UFS (Adufs – Seção Sindical do ANDES-SN).

O presidente da Adufs também relata que a equipe do Funpresp está pressionando os docentes da UFS para que eles realizem a adesão até o final do ano, caso contrário perderiam benefícios. “Sabemos que não é assim nas outras universidades”, ressalta Jailton. A Adufs tem realizado conversas com os docentes alertando-os sobre os problemas da adesão ao Funpresp, e colocou cartazes e faixas sobre o fundo na universidade durante uma mobilização realizada no dia 15 de outubro.

A Universidade Tecnológica Fe-

deral do Paraná (UTFPR) é outra instituição na qual o Funpresp pressiona os docentes pela adesão. Ivo Queiroz, presidente da Seção Sindical dos Docentes da UTFPR (Sindutfpr – Seção Sindical do ANDES-SN), afirma que o Funpresp está acessando os dados dos professores por meio dos Recursos Humanos da universidade, identificando os novos docentes e os procurando nos campi e nos departamentos. A Sindutfpr divulgou uma nota alertando os professores da UTFPR sobre os problemas da adesão ao fundo privado.

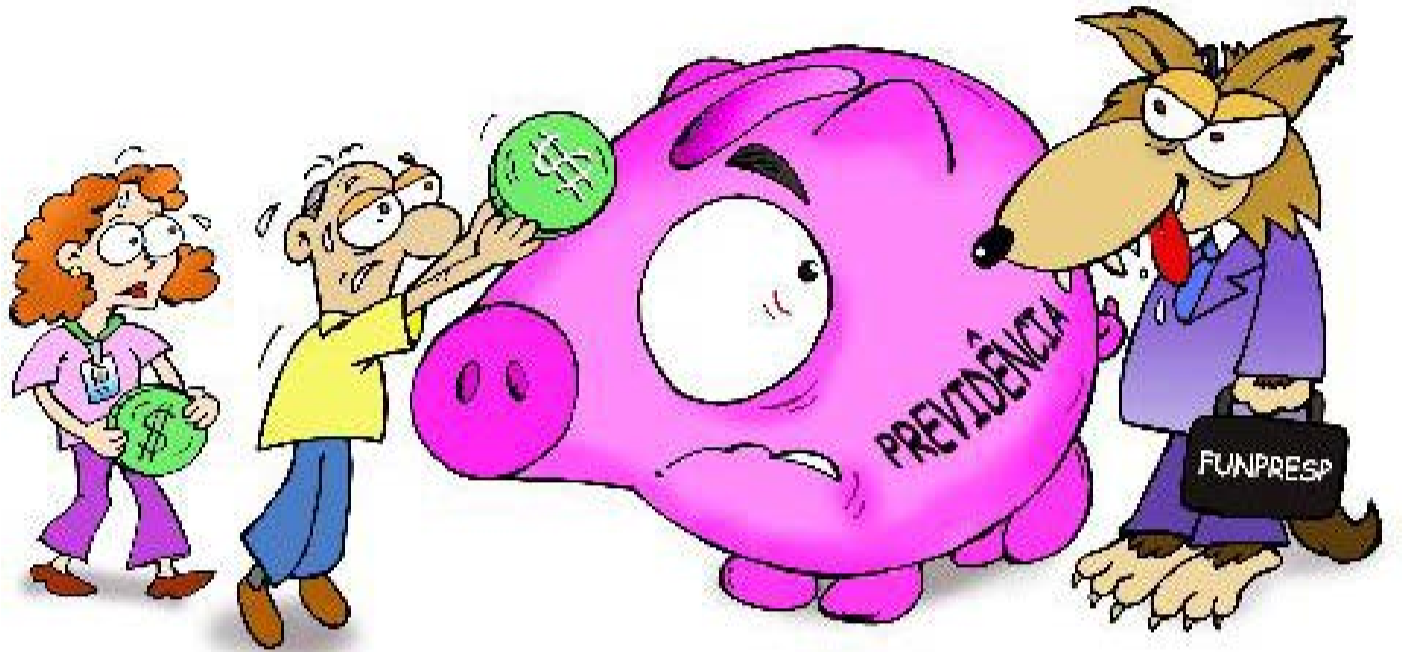
Cláudia March, secretária geral e encarregada de assuntos da aposentadoria do ANDES-SN, afirma que é problemática a relação entre as universidades e o fundo, pois as instituições estão cedendo dados pessoais dos docentes ao Funpresp. Cláudia ressalta a necessidade de retomar a campanha contrária à adesão para aqueles professores que não aderiram, explicitando os riscos inerentes ao mercado financeiro. “Seguimos lutando também pela reversão da Reforma da Previdência, e para ex-

plicitar nossas divergências em relação a esse tema para o conjunto da categoria”, concluiu a docente.

Diga Não ao Funpresp-Exe

A Campanha Diga Não ao Funpresp-Exe foi um dos fatores que provocaram baixa adesão dos docentes ao Regime de Previdência Complementar a ponto de, em setembro do ano passado, representantes dos Ministérios da Previdência, do Planejamento e da Educação (MPAS, MPOG e MEC) procurarem o ANDES-SN para um diálogo. Dados da própria Funpresp-Exe dão conta de que desde a oficialização do fundo de pensão, no início de 2013, a carreira docente foi a que mais teve recém-ingressos no serviço público federal, contudo, foi a que apresentou o menor percentual de adesão, com média de 7%. Na época da reunião com o governo, o secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Faria Junior, disse que a leitura da cartilha induziu o servidor a não aderir ao Funpresp.

Fonte: ANDES-SN



Saúde

Profa. Dra. Enfa. **Marlene Teda Pelzer**
Escola de Enfermagem

CHOCOLATE PRETO E UMA BOA NOITE DE SONO MELHORAM A SAÚDE E MANTÊM O CÉREBRO JOVEM

Para a maioria de nós, o chocolate preto é apenas uma guloseima, mas para pessoas idosas pode ajudar a caminhar melhor de acordo com estudo conduzido pela Universidade Sapienza de Roma. Uma pesquisa descobriu que pessoas idosas com problemas arteriais nas pernas conseguiram fazer caminhadas com menos dificuldade após a ingestão de chocolate preto.

A doença arterial periférica (PAD) é um problema cardiovascular que afeta as artérias das pernas e está associada à idade, geralmente atinge pessoas acima dos 70 anos. A redução do fluxo de sangue causa dor, câibras e cansaço nas pernas e quadris durante a caminhada. O resultado do impacto do chocolate foi evidenciado por experiência conduzida com 14 homens e seis mulheres com idade entre 60 e 78 anos, portadores de PAD. Eles foram testados em uma esteira, uma vez pela manhã e após comerem 40g de chocolate preto. Após o doce, caminharam em média, 39 metros e 17 segundos a mais do que no início do dia. Os pesquisadores sugerem que compostos encontrados no cacau podem reduzir o estresse oxidativo e melhorar o fluxo

sanguíneo nas artérias periféricas.

As melhorias, embora modestas, correlacionam o benefício dos polifenóis presentes no chocolate preto pela relevância para a qualidade de vida desses indivíduos de acordo com Lorenzo Loffredo, coautor do estudo.

Outra importante descoberta é que quanto menos os idosos dormem, mais rápido o cérebro envelhece. Aqueles que têm menos horas de sono apresentam rápido aumento do ventrículo cerebral, um marcador para o declínio cognitivo e para o desenvolvimento de doenças neurodegenerativas, como Alzheimer, entre outras. Os dados são de uma pesquisa da Escola de Medicina de Singapura Duke-NUS publicados no jornal Daily Mail.

Os cientistas analisaram 66 adultos chineses mais velhos que foram submetidos a exames cerebrais por meio de ressonância magnética e avaliações neuropsicológicas a cada dois anos. Todos responderam questões sobre duração do sono. Os voluntários que dormiam menos horas mostraram evidências de rápido aumento do ventrículo e declínio no desempe-

nho cognitivo.

O pesquisador June Lo afirma que “Nossas descobertas relacionam sono curto como um marcador de envelhecimento do cérebro. Trabalhos conduzidos em outros institutos sugerem que sete horas por dia para adultos parece ser o ponto ideal para um ótimo desempenho em testes cognitivos baseados em computador”.

AMÊNDOAS PARA AFASTAR DIABETES

A amêndoa, rica em fibras oleaginosas, que aumentam a viscosidade do conteúdo intestinal e limitam a absorção da glicose, tem papel de destaque no combate dos picos de glicose no sangue.

No congresso anual da Sociedade Americana para Nutrição, em San Diego foi apresentado o trabalho da Universidade Purdue (EUA) conduzido junto a 137 adultos com alto risco de se tornarem diabéticos. Após consumo de cerca de 40 gramas de amêndoas todos os dias (algo como um



punhado), por quatro semanas, estes indivíduos conseguiram dormir melhor o sobe e desce do açúcar. Os achados dão conta de que o efeito se manifesta entre uma e duas horas após o consumo.

De acordo com Richard Mattes, líder da pesquisa, também há indícios de uma maior liberação de insulina, hormônio que faz a glicose ingressar nas células. Essa capacidade de minimizar picos glicêmicos garante um menor estresse oxidativo no organismo e o indivíduo fica mais protegido contra as complicações do diabetes. Além disso, a oleaginosa estimula a sensação de barriga cheia, o que favorece o emagrecimento.

A nutricionista Gisele Raymundo, da PUC-Paraná reitera que a mastigação exigida pelas fibras acelera a produção de suco gástrico, fazendo crescer o volume do bolo alimentar, diminuindo a vontade de exagerar nos pratos.

Assessoria Jurídica

DO DIREITO DOS PROFESSORES PORTADORES DE DOENÇA GRAVE À ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

A Lei 7.713/88 garante a isenção de imposto de renda às pessoas físicas portadoras de doenças graves, desde que estejam aposentadas ou, ainda, pessoas que recebam pensão ou reforma.

O Rol de doenças elencadas pela referida lei considera graves as seguintes:

“XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

Importante destacar que o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça é de que o rol elencado pela legislação é taxativo, ou seja, não há possibilidade de discussão a respeito de doenças que não constam na lista.

Em caso de negativa administrativa, é possível levar o tema ao Poder Judiciário por meio de

ação judicial, oportunidade em que poderá ser requisitada a isenção de Imposto de Renda desde a data em que o professor adquiriu a moléstia considerada grave, com o recebimento por meio de ação judicial dos atrasados eventualmente já descontados em folha.

Para maiores informações a assessoria jurídica da Aprofurg atende na sede do sindicato as terças e quintas pela manhã.

Em caso de negativa administrativa, é possível levar o tema ao Poder Judiciário por meio de

ação judicial, oportunidade em que poderá ser requisitada a isenção de Imposto de Renda desde a data em que o professor adquiriu a moléstia considerada grave, com o recebimento por meio de ação judicial dos atrasados eventualmente já descontados em folha.

Para maiores informações a assessoria jurídica da Aprofurg atende na sede do sindicato as terças e quintas pela manhã.